Tensões e mobilizações em torno da abolição da escravidão em Diamantina (1860 – 1888)

Higor Natanael Azevedo Carvalho[1]

RESUMO

O artigo apresenta alguns dos principais discursos políticos sobre o processo de abolição gradual da escravidão no Brasil, a partir dos prenúncios em jornais impressos em Diamantina, interior da província de Minas Gerais, nos anos de 1860 a 1887. Objetivou a diversidade do pensamento político no período supracitado, portanto, elegeu-se imprensas cujo viés ideológico era distinto, a saber: grupo liberal e grupo conservador. Nessa ordem, as leituras do O Jequitinhonha (1860-1873) e do Sete de Setembro (1887-1888) se deram a partir dos termos buscados "escravidão" e "abolição". Desse modo, foi possível acompanhar os discursos empreendidos nessas imprensas sobre os processos que culminariam na abolição da escravidão, em 1888, e seus efeitos para a cidade como, também, para o Império.

Palavras-Chave: Jornal. Cultura Política. História Regional.

Introdução

No Brasil, o século XIX representou transformações históricas e estruturais. Após a emancipação política do país, em 1822, desencadeou-se importantes conquistas sociais, como a abolição da escravidão, em 1888. Contudo, muitos problemas persistiram, dentre os quais destaca-se a falta de políticas públicas e a negligência sobre as questões raciais.

Na segunda metade do século XIX, durante o período imperial, foram pensadas leis de emancipação e promulgadas de forma gradual, o que abalaria a relação das elites econômicas com o Estado. As leis – o fim do tráfico negreiro, em 1850, o Ventre Livre, em 1871, a Lei dos Sexagenários, em 1885, como a própria Lei Áurea, em 1888 – contribuíram para o enfraquecimento da monarquia e forçaram uma reorganização da sociedade e do trabalho livre, prevalecendo o privilégio e desejos das elites.

A partir de 1870, a discussão em torno da emancipação escrava tornou-se mais latente em todas as províncias. É nesse sentido que, esta pesquisa, se direciona e busca contribuir para o debate historiográfico de modo que, evidencia as particularidades e semelhanças em discursos sobre o processo emancipatório, publicado em matérias de dois periódicos mineiros, *O Jequitinhonha* e o *Sete de Setembro*, no período de 1860 a 1888.

[1] Bacharel em Humanidades pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: carvalhoufvjm@gmail.com

Do ponto de vista metodológico, fez-se o levantamento das fontes jornalísticas, com o propósito de delinear e problematizar a temática junto às bibliografias. O contato com as fontes se deu a partir dos sítios da Biblioteca Nacional e do Arquivo Público Mineiro. Já o recorte temporal, 1860 a 1888, justifica-se por ser o período cuja principais leis abolicionistas foram promulgadas.

Diversos estudos acerca da abolição da escravidão e seus desdobramentos têm sido realizado. Contudo, esses estudos, tendem para documentações que abarcam, senão toda uma província, em uma perspectiva macro da histórica, não havendo debruço para as especificidades locais, como propõe o método da micro história. Partindo dessa premissa, assumimos o assunto no cerne de Diamantina, localizada no norte da província de Minas Gerais, na secunda metade do século XIX.

Diamantina, fixada no interior da província mineira, local diamantífero desde sua invasão e descoberta do ouro e do diamante, no século XVIII, foi significante para o desenrolar da economia colonial e império brasileiro. No século XIX, tornou-se prioritário a atividade de mineração, exercida por mão de obra escrava, mas sofreu declínio a partir de 1870 (MARTINS, 2014).

As frustrações econômicas foram ocasionadas por diversos fatores. A produção do café e do açúcar, bem como a própria mineração, teve seus altos e baixos em todo o Império (COSTA, 2010). Quanto ao estremecimento da estrutura escravista, atordoante foi a pressão estrangeira, que pregava pela emancipação total dos negros, em que se destacava a Inglaterra, e mais tarde pela nação estadunidense que, em janeiro de 1869, em um jornal que lá circulou, onde fora publicada uma matéria criticando e ameaçando, diretamente, a monarquia e sua permanência como forma de governo.

> Previmos o Brasil que no desenvolvimento do nosso comércio se não atravesse ante nós; pois se lançamos por terra um império ao norte do nosso continente (o de Maxiliano no México) podemos também ser obrigados a fazer desaparecer aquele que existe no Sul (o do Sr. D. Pedro II) quando as repúblicas da América do Sul não prefirão tomar a si esse trabalho, no caso de ser isso necessário à sua existência nacional [...] onverta-se o Brasil em república, e então o continente será homogêneo; as novas leis, de conformidade com as novas circunstâncias, permitirão grandes e melhores destinos para a América do Sul.[2]

[2] **O Jequitinhonha**, *Diamantina, 27 de dezembro de 1868*, Diamantina, 03/01/1869, Ano VIII, nº 21, p. 01.

As tensões e mobilizações em torno da emancipação dos escravos no Império entraram em maior ebulição decorrente da mudança de pensamento e cultura política,[3] o que trazemos dos impressos analisados. A escravidão era algo negativo na visão do grupo liberal na localidade, como mancha a ser tirada. Contudo, sua condenação não fazia menção a moral social, mas atuava como subsídio para denunciar a falta de projetos de nação voltados para o "progresso" e "civilização" do Império. Para o grupo conservador, até o ano de 1888, a instituição escravista poderia ser resolvida de forma gradual a fim de resguardar os interesses econômicos e pessoais de cada núcleo fazendeiro. Já no ano da abolição, em 1888, esse mesmo grupo priorizou o discurso abolicionista. O encontro de ideias comuns aos grupos políticos está em publicação de matérias cujos termos "desenvolvimento", "civilização" e "progresso" são utilizados ao referirem projetos de futuro para nação envolvendo a abolição. Em totalidade, priorizavam projetos que assegurassem a ordem social, a hierarquia, e a economia local e nacional.

Dimensões sociopolíticas

A escravidão foi, sem sombra de dúvidas, o que assegurou o crescimento e sustento da região diamantinense. Quanto a sua população, foi formada pelos constantes viajantes e comerciantes, conhecidos pela literatura como tropeiros, que se assentavam junto aos escravos traficados na localidade.

Lopes e Martins (2011, p. 333) escrevem que, o "tropeirismo", era "quase o único elemento utilizado para o transporte de cargas e pessoas", envolvendo utensílios, alimentos, escravos e passageiros. Esse meio de transporte era motivado por "um dos desafios a que a economia mineira teve que responder": a distância geográfica dada entre o interior da província mineira e o Rio de Janeiro, como das demais províncias que dominavam o trânsito econômico. Nesse sentido, afirmam os autores que "todas as localidades mineiras tiveram seu abastecimento estreitamente vinculado ao vai e vem das tropas" (LOPES, MARTINS, p. 333).

[3] Marta Abreu (2007, p. 13-14) aponta a importância do conceito de cultura política uma vez que ele "permite explicar ou compreender o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas próprias percepções lógicas, cognitivas, memórias, vivências e sensibilidades". Para a autora, trata-se de "um sistema de representações, complexo e heterogêneo [...] Têm igualmente algumas instituições-chave, como a família, os partidos, os sindicatos, as Igrejas, as escolas, embora grupos sociais diversos também possam ser importantes para sua transmissão e recepção. [...] Em todos os casos, as culturas políticas articulam ideias, valores, crenças, símbolos, ritos, vocabulário, imagens e memórias em prol de lutas políticas e culturais".

O tropeirismo também abria possibilidades de projeção social e política dos envolvidos. Caracterizado como atividade itinerante, voltada para o transporte de mercadorias, entre as cidades e vilas, possibilitava a acumulação de riquezas consideráveis e consequentemente o interesse dos viajantes empreender negócios. Tais empreendimentos quando consolidados, faziam com que houvessem emprego e a necessidade de maior mão de obra escrava, embora também livre, para execução dos trabalhos. E, quando "enriquecidos, alguns tropeiros chegaram a fazer carreira política, atingindo destacadas alturas", compondo, desse modo, a elite local (LOPES, MARTINS, 2011, p. 335).

Nesse sentido, decorrente o processo de demarcação territorial, dado entre os séculos XVIII e XIX, e da projeção econômica que ganhou o Distrito Diamantino (atual Diamantina) e outras regiões protagonistas do setor, a demografia da província de Minas Gerais chegou a 625.224 pessoas, na década de 1830. Sob condição social, no período, 66.77% eram livres e, 33.23% eram escravos. A cidade de Diamantina, naquele mesmo período, contava com pouco mais de 10 mil habitantes, sendo 35% de escravos e, 67% de livres (CHAVES, 2013; MARTINS, 2014).

Se por um lado a questão econômica foi responsável pelo crescente de escravos e pessoas livres na localidade, doutro, a instituição escravista se mesclou ao cotidiano da urbe que a absorveu e se desenvolveu, inferindo a necessidade de sedes administrativas e burocráticas como método de organização. Afirma Furtado (2006) que se tornou comum naquele momento cada núcleo familiar possuir ao menos um escravo.

As imprensas

Em 1828, foi montada a primeira tipografia no Arraial do Tejuco, atual Diamantina. O primeiro jornal nessa tipografia foi o *Echo do Serro*. Não só nessa localidade, mas em outras como, Ouro Preto, Mariana e Serro, floresceram cedo a imprensa. Explica Faria (2007) que, por se tratar de regiões onde desenvolveu a economia de mineração e desenvolvimento urbano ao seu redor, instalou-se redes administrativas e burocráticas, fazendo parte dessas instalações a imprensa periódica. De modo direcionado, a posição de tipografias em regiões interioranas, como no caso diamantinense, remonta diretamente ao contexto histórico que aponta para adequação do pensamento liberal por grupos políticos após 1808.

Do início do século XIX, até próximo da década de 1860, as imprensas sofriam ataques diretos da monarquia, prevalecendo, em grande medida, a imprensa áulica, que focava em enaltecer e divulgar os interesses do rei (SODRÉ, 1999). *O Jequitinhonha* estava em defesa da "força histórica" que tiveram os políticos liberais contra as tentativas de censura da Imprensa Régia. Pregava os liberais pela liberdade individual, algo que se estendia à imprensa, pois ela tratava de expressar as vontades individuais. Em novembro de 1868, o jornal local recebeu uma carta que transparecia em seu conteúdo apoio à nova tipografia e entusiasmo quanto a ideologia política que a folha se filiava.

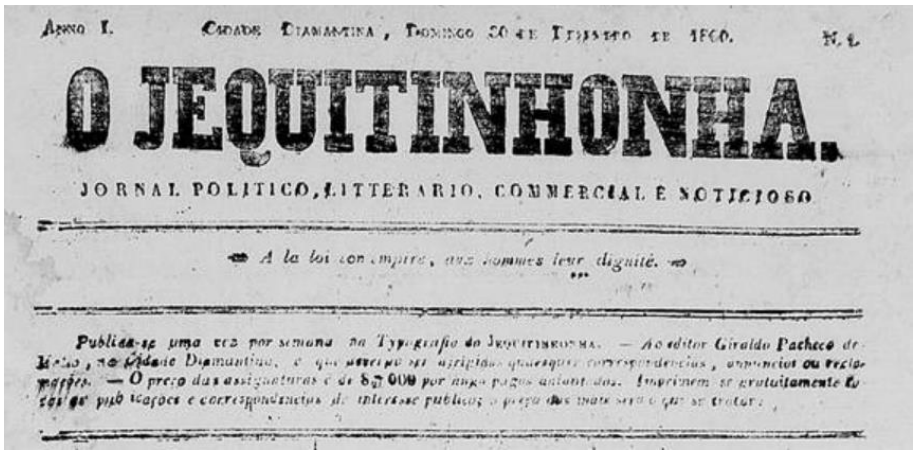
> [...] em 1829 fundiram-se tipos na Diamantina e surgiu protestando contra o despotismo de D. Pedro I o *Echo do Serro*. Do *Echo* era correspondente na Corte o mesmíssimo indivíduo que ora se alista em defesa das mesmas ideias (*liberais*) como colaborador do *Jequitinhonha* [...] com verdadeira efusão de minha alma que eu saúdo a nova aparição do simpático *Jequitinhonha*, e levanto um brinde entusiástico aos liberais de Diamantina.[4]

O Jequitinhonha foi fundado no ano de 1860, em Diamantina, e tinha como redator principal o professor de história, político e jornalista Joaquim Felício dos Santos. O jornal era vinculado ao grupo político liberal na região. Até o ano de 1863, o redator buscou ingressar na política, concorrendo ao cargo de deputado geral, conseguindo alcançar tal objetivo apenas em 1864 (NOVAES, 2014). Por esse motivo, o jornal deixou de circular por quatro anos, retornando em 1868. Contudo, a novidade era de seu envolvimento e adesão do grupo republicano que, se consolidou a partir de 1870. Joaquim Felício dos Santos seguiu na redação do jornal até o ano de 1871, e seu jornal deixou de funcionar definitivamente em 1873.

Na Figura 1, visualizamos algumas características do jornal, como a posição do título e subtítulo, e a frase que centraliza as ideias pregadas pelo impresso: "À lei seu império, aos homens sua dignidade" (tradução nossa)[5] e seu texto de chamada.

[4] **O Jequitinhonha**, Correspondência, Diamantina, 08/11/1868, Anno 8, nº 13, p. 2.
[5] **O Jequitinhonha**, Diamantina, 20/01/1861, Anno 1, nº 3, p. 1. *"A la loi son empire, aux homemes leur dgnité"*.

Figura 1 Primeira página do jornal O Jequitinhonha (1860)



ANNO I. CIDADE DIAMANTINA, DOMINGO 30 DE [illegible] DE 1860. N. 1.

O JEQUITINHONHA.

JORNAL POLITICO, LITTERARIO, COMMERCIAL E NOTICIOSO

A la loi comme aux hommes leur dignité.

Publica-se uma vez por semana na Typographia do Jequitinhonha. — Ao editor Giraldo Pacheco de [illegible], na Cidade Diamantina, é que deverão ser dirigidas quaesquer correspondencias, annuncios ou recla-mações. — O preço das assignaturas é de 8$ 000 por anno pagos adiantados. Imprimem-se gratuitamente os [illegible] publicações e correspondencias de interesse publico, o preço das quaes será o que se tratar.

Fonte: **Biblioteca Nacional**, 2021.

As apresentações breves, em jornais do século XIX, eram comuns para delimitar o caráter e objetivo do periódico. Ferreira (2017, p. 44) escreve, especificamente, sobre a frase acima traduzida, que "a citação em francês vem de uma série de referências que se iniciam com o autor original da frase, Alexandre François Auguste Vivien, também chamado de Vivien de Goubert". Vivien de Goubert era ativo no setor militar e político em Paris, além de ter feito parte do grupo de liberais que eram críticos à política imperial, portanto, faz sentido o impresso trazer para si o referido mantra.

O *Sete de Setembro* circulou entre os anos de 1886 e 1889. Antônio Eulálio era, até o ano de 1888, seu redator, e contava com contribuintes "diversos". O periódico apresentava-se como "Órgão do Partido Conservador". Sua chamada era a de "Liberdade perante a lei" (tradução nossa)[6] como se lê na Figura 2.

Figura 2 - Primeira página do jornal Sete de Setembro (1887)

Diamantina, 24 de Setembro de 1887.

SETE DE SETEMBRO

ASSIGNATURAS
POR UM ANNO — — 5$000
POR SEMESTRE — — 3$000
Pagamento adiantado

ORGÃO DO PARTIDO CONSERVADOR
PUBLICAÇÃO SEMANAL.
Redactores:—diversos

OBSERVAÇÃO
ANNUNCIOS, 80 RÉIS POR LINHA; OUTRAS PUBLICAÇÕES É QUE SE TRATAR

Sub lege libertas.

ANNO 2.º | Toda correspondencia deve ser dirigida ao gerente Antonio Eulalio. | NUMERO 3

Fonte: **Arquivo Público Mineiro**, 2021.

[6] **Sete de Setembro**, Diamantina, 24/09/1887, Anno 2, nº 3, p. 1. *"Sub lege libertas"*.

A principal pauta defendida por esse impresso focava na permanência da escravidão, argumentando sobre o problema do atraso no desenvolvimento da região do Norte de Minas Gerais, portanto, a instituição escravista, seria um meio de resolver tal questão. Na opinião do jornal, Dom Pedro II teria negligenciado o desenvolvimento de Diamantina, sobretudo, com a queda da mineração local que antes mostrava ser, talvez, a principal atividade econômica explorada pela Corte. A inexistência de indústria na região somada ao fim da escravatura gerou preocupação dos conservadores. Goodwin (2015, p.64) esclarece, nesse sentido, que, "no cotidiano, havia uma ênfase maior sobre a valorização do trabalho, num esforço ideológico para moldar uma postura, uma 'filosofia de vida' centrada no trabalho regular, honesto e 'bem-comportado'". Desse modo, a permanência da instituição escravista significava, também, para os conservadores desse jornal, na ordem e controle social local.

A escravidão em discussão na década de 1860

Em 30 de novembro de 1861, na primeira página d'*O Jequitinhonha,* publicou-se matéria intitulada "A escravidão no Brasil", pelos redatores Joaquim Felício dos Santos e Francisco José Ferreira Torres. A questão chamou a atenção dos legisladores do império para o fato de que enquanto "todos os países civilizados arma[*vam*]-se uma cruzada contra essa instituição [*a escravidão*] das eras pagãs, o Brasil cruza[*va*] os braços". A matéria, não quis "com isto pedir a abolição da escravidão", pois reconheciam que "a extirpação do cancro [*da própria escravidão*], quando muito profundo, debilita[*ria*] o enfermo [*elites econômicas*], e pode[*ia*] trazer como consequência a morte [*a crise*]". Focava-se, a priori, sobre os problemas econômicos que a falta de mão de obra escrava e sem custos pudesse ocasionar e, nesse sentido, a saída confortável seria "pouco a pouco se procure[*procurar*] aplainar o terreno [*abolir gradualmente a escravidão*] e prepara-lo para receber a semente [*projetar a transição do trabalho escravo para o livre*]"[7].

Na mesma matéria, o jornal fez dura e direta crítica à Lei nº 4 de 10 de junho de 1835[8]. O que se discutia era o seguinte: escravistas argumentavam que o "escravo <a coisa>" não gozava de direitos oferecidos pela cidadania e, por isso, a referida lei, se posta em vigor, assumi-lo-ia como sujeito e o afastaria seu status de "coisa". *O Jequitinhonha* argumentou que, se o

[7] **O Jequitinhonha**, *A escravidão no Brasil*, Anno 1, n. 42, Diamantina, 30/11/1861, p. 1.
[8] Esta lei determina a punição de escravos que matarem, ferirem ou cometerem qualquer ação ofensiva contra seus senhores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim4.htm>.

escravo era tido como "coisa", nenhuma lei poderia ser colocada em prática, e esvaziado a demanda dos senhores que se viam em algum momento feridos por seus escravos. A confusão de ideias pelos senhores de escravos, estava em eles conceberem o fato de que a aplicação da lei equivaleria ambos os grupos, senhores e escravos, como sendo sujeitos, tendo em vista que, as leis, não punem "ferramentas" ou "coisas", mas pessoas. Se o escravizado era tido como "homem", significaria também que outras leis, à seu favor, valeira para todos, sendo punidos negros e brancos, ainda que, em medidas diferentes. Esta discussão no jornal estava na dimensão do que eles entendiam por ser uma "nação civilizada", o que determinava como saída primeira, para o fim escravidão, a adoção por completo o direito romano que "cumpre[*ia*] considerar o escravo como homem"[9].

Em 7 de dezembro de 1861, o impresso voltou nesta questão. Tratou da lei e como essa atingia apenas os escravizados. Para isso, publicou um exemplo que seria prático no âmbito da justiça, a fim de tentar uma reforma na legislação sobre a escravidão.

Dois crimes de assassinatos envolvendo réis escravos, ainda absorvidos pelo júri, evidenciavam a distância de tratamento jurídico que envolvia réus e senhores. O primeiro caso tratava-se do senhor Antonio Pereira Cardozo, que teria ordenado alguns de seus escravos a cometerem assassinatos em seu nome, na cidade de Lorena, província de Minas Gerais. O segundo caso, teria ocorrido em Diamantina, recente a época da publicação da matéria de dezembro de 1861, em que um escravo teria matado seu senhor a mando de sua senhora.

A questão levantada pelo *O Jequitinhonha* foi a de que levaram a júri os escravizados por ter cometido tais crimes, mas que na justiça tiveram seus depoimentos invalidados devido ao *status* jurídico a eles condicionado, como escravos. O jornal argumentava que, aos réus escravos, restava "somente provar que resistiu para não cometer o crime". Mas como o faria, "se o senhor dispõe de todos os meios para abafar a voz da inocência, se ele [*o senhor*] é sempre o forte, e o escravo sempre fraco?"[10]. Em resumo, a lei deveria incluir o mandante do crime, independente de quem fosse, e infelizmente não ocorria.

Em 19 de dezembro de 1861, ocupando as primeiras páginas d'*O Jequitinhonha*, retorna matéria intitulada "A escravidão no Brasil", na qual os termos "progresso" e "economia" são tratados para a resolução da abolição. Publicou-se que: "desejamos, é verdade, a abolição, mas que ela marche prudentemente, como deve caminhar todo progresso estável e duradouro,

[9] **O Jequitinhonha**, *A escravidão no Brasil*, Anno 1, n. 42, Diamantina, 30/11/1861, p. 1.
[10] **O Jequitinhonha***, 7 de dezembro*, Anno 1, n. 43, Diamantina, 07/12/1861, p. 1.

queremos que ela na sua marcha acompanhe o estado do país"[11]. Inferiam a abolição como um "golpe" e que este não se concretizaria sem um "imenso sacrifício, que nossas finanças não poderiam suportar", referindo-se à economia. Foi tido como fato a relação de dependência entre a economia e a escravidão. Em proposta elaborada e descrita no jornal, para a abolir o trabalho escravo, houve um empasse: "o único meio possível [...] seria a desapropriação, a qual viria agravar o tesouro [*enfraquecimento da economia*]", e atrasaria o desejado "progresso", "que está na razão direta da riqueza do estado"[12]. O jornal relacionava o "progresso" econômico com a "civilização" do país e, indo além disso, o tal "empobrecimento da nação" significava o empobrecimento das elites políticas.

Já próximo a década de 1870, o impresso discutiu sobre as ideologias de Dom Pedro II, apontando contradições sobre a "fala do trono", proferida no pós-Guerra do Paraguai (1864-1870). Em resumo, o imperador se colocava a frente de um projeto nacional que findaria a escravidão. Questionava o jornal o discurso do rei e dos escravistas que a pouco ainda afirmavam: "a escravidão é um fato legal". O contrassenso do monarca saltava em alimentar o discurso de que a abolição fosse um roubo, quando não indenizados os senhores[13]. Quanto ao repentino abolicionismo de Dom Pedro II, fora tido pelas "nações civilizadas", prioritariamente pela Europa, como "da noite para o dia". De maneira sarcástica, seguia o pensamento: "o crédito do Imperador, tem descido com o câmbio. Mas o câmbio sobre, e o crédito imperial continua a baixar"[14]. De modo que, avistado um curto momento no pós-guerra houvesse o imperador sinalizado a abolição da escravidão, a fim de seguir os passos do Paraguai, havia caído por terra a falsa vontade, postergando tal decisão até o ano de 1888.

Após a "fala do trono" ocorrida próximo ao mês de agosto de 1870, dois políticos escravistas lançaram questões: "a emancipação é uma bela ideia, mas quem há de plantar o café? [...] E a cana?". Esses questionamentos foram logo utilizados como subsídios para manter a escravidão e, para Dom Pedro II, repensar seu "sentimento abolicionista". Para o jornal, opinião popular pouco valia e a credibilidade dos discursos reais também perdia valor. "O povo", para *O Jequitinhonha*, foi "infelizmente compreendendo que nada há[*via*] a esperar de cima" e, por isso, "vai[*iria*] trabalhando por conta e risco", como as irmandades abolicionistas e liberdades concedidas por alguns senhores e políticos que queriam que, a abolição, ocorresse

[11]**O Jequitinhonha**, *A escravidão no Brasil*, Anno 1, n. 45, Diamantina, 19/12/1861, p. 1.
[12]**O Jequitinhonha**, *A escravidão no Brasil*, Anno 1, n. 45, Diamantina, 19/12/1861, p. 1.
[13]**O Jequitinhonha**, *Falla do Throno*, Anno 2, n. 42, Diamantina, 13/06/1869, pp. 1-2.
[14]**O Jequitinhonha**, *A Nova Phase*, Anno 8, n. 50, Diamantina, 08/081869, p. 2.

mais rapidamente. Os escravocratas, que se inclinavam ao abolicionismo gradual, mas que dependiam da economia gerada pela instituição, "em vez de confiar o seu corpo infeccionado [*a abolição emergente*] à medicina expectante de barbeiros ignorantes [*o governo monárquico*], vai purgando, e levando, como pode, a lepra da escravidão [*o atraso nacional*]"[15].

Embora os discursos indiquem, em certo grau, real preocupação com a situação dos escravizados e, por isso, a vontade de libertá-los, o que se mira, é um jogo político em torno da questão da abolição, que já se mostrava em curso, considerando a extinção do tráfico transatlântico de africanos, em 1850. A indecisão de Dom Pedro II, que ora proferia ser abolicionista, ora escravagista, aponta para a dificuldade em encontrar uma saída primária para economia sem abalar as relações entre o Estado e as elites provinciais. Levavam "como podiam a lepra da escravidão" devido não ter claro como ficaria o setor econômico e a transição de mão de obra escrava para a livre.

Escravos e liberdade em anúncios d'O Jequitinhonha

Ao longo da década de 1860, *O Jequitinhonha* publicou sobre escravidão e liberdade, no prisma da "civilização" e do "progresso" do Império. Já na década de 1870, especificamente, até o ano de 1873, anos finais de sua circulação em Diamantina, não se encontra abordado o assunto "escravidão". O que foi sendo retirado, gradualmente, também os anúncios de mesmo viés. O jornal liberal, na virada da década de 1860 para 1870, juntou-se ao partido político republicano. O que permaneceu em seu conteúdo, no entanto, foram os debates em torno do "progresso" da nação.[16] Ainda assim, fez-se relevante, trazer considerações breves sobre o elevado número de anúncios sobre os escravizados encontrados no jornal durante a leitura dos impressos que estiveram em circulação entre os anos de 1861 e 1869.

Tratando de escravidão, os dados elencados no Quadro 1, conforme a historiografia responsável pela temática (ver: SILVA, 2017; FREYRE, 2012), o desmonte do sistema escravista, que já se encontrava em curso, no âmbito do legislativo, também somava à ação do sujeito escravizado, sendo o número de fugas escravas indicativo disso. Assim, podemos avaliar a ação do escravizado contra o sistema opressor desmitificando a ideia de passividade dos negros frente aos abusos sofridos pela instituição escravista.

[15] **O Jequitinhonha**, *Elemento Servil*, Anno 8, n. 6, Diamantina, 05/12/1869, p. 1.
[16] **O Jequitinhonha**, Diamantina, Anno 12, n. 179, 06/04/1873.

Quadro 1 — Distribuição temporal das fugas de escravizados em Diamantina

ANO	**NÚMERO DE FUGAS**
1861	13
1862	18
1863	18
1868	4
1869	21
1870	6
Total	**80**

Fonte: SOUZA, 2019, p. 30.

Podem ser observados, em anúncios d'*O Jequitinhonha*, os seguintes aspectos sobre os escravizados resistentes à escravidão: frequência das fugas; origem; sexo, idade; características físicas; habilidades profissionais; condições de saúde; maus tratos físicos; e alternativas de lugares, após fuga. Em resultado, observa-se 80 casos no jornal, sendo replicadas 67 casos ao longo da década de 1860.

Conforme Souza (2019, p. 31), "quanto à origem dos escravizados, 67 (83,75) haviam nascidos no Brasil, denominados de crioulos, e o restante, em menor número 13 eram africanos. Sobre a informação de sexo, do total, 4 (5%) eram mulheres e 76 (95%) homens". Tais dados são analisados a partir da Quadro 2.

Quadro 2 — Distribuição temporal das fugas de escravizados, separado por sexo em Diamantina

Ano	Nº de fugas	Homens	Mulheres
1861	13	12	1
1862	18	17	1
1863	18	18	
1868	4	4	
1869	21	20	1
1870	6	5	1
Total	80	76	4

Fonte: SOUZA, 2019, p. 31.

* Havia seis crianças, consideradas até 16 anos, e treze homens eram africanos no grupo.

A partir do jornal *O Jequitinhonha*, viu-se que, a escravidão, foi pauta de discussão ao longo de toda a década de 1860. Foi temática em matérias que ocupavam as primeiras páginas do jornal, assim como em múltiplos anúncios de fugas escravas que permaneceram até a década de 1870. O posicionamento do jornal sobre a escravidão no Brasil, pelo viés liberal, foi de abolicionista gradualista. Ou seja, defendia-se a emancipação, desde que fosse bem projetada, para que não implodisse a economia do país, que assegurasse o "progresso" do Império e o localizasse junto às nações estrangeiras já emancipadas. Também, era importante que "civilizassem" os negros durante o processo, a fim de manter a ordem social.

A "ordem" que os conservadores buscavam

Em abril de 1887, o *Sete de Setembro*, imprensa conservadora de Diamantina, discutia as ações do partido liberal no império. O partido conservador diamantinense reconhecia a veia democrática dos liberais, contudo, suspeitavam que, o grupo, estivesse impondo suas ideologias a todas as províncias. Tal desconfiança não surgiu do nada.

Líder das ideias liberais na imprensa carioca, o senador Francisco Octaviano foi "signatário do projeto que marcou o prazo para a extinção da escravidão"[17]. O *Sete de Setembro* atacou, assertivamente, o senador por estar fazendo propaganda de tal projeto emancipatório, sem nunca ter participado, efetivamente, das reuniões do partido liberal. Contudo, o senador já era descrito, no jornal o *Paiz*, como líder das causas abolicionistas. Para a folha local, Francisco Octaviano, estaria usando de discurso, e de seu cargo como presidente do Club do partido liberal no Rio de Janeiro, para se promover por meio da imprensa.

No ano de 1887, o senador teria lançado um projeto de "união a seus correligionários" no Império. Com a ideia em ação, Octaviano "lembra[*va*] a criação de centros provinciais e declara[*va*] que o Club [*liberal*] desejava ser informado, a fim de providenciar sobre as ocorrências e marcha dos negócios públicos nos diferentes pontos do império"[18]. Esse requerimento, pelos liberais, abalaria ainda mais a relação política entre os partidos.

Para os conservadores do jornal, "o propósito é[*era*] digno de aplausos", mas que o "Sr. Senador Octaviano toma[*va*] seus desejos como realidade"[19]. A crítica dos conservadores, residia na falta de conhecimento do partido liberal sobre si mesmo, elencando momentos em

[17] **Sete de Setembro**, *Juízo insuspeito*, Anno 1, n. 30, Diamantina, 02/04/1887, p. 1.
[18] **Sete de Setembro**. *Juízo insuspeito*, Anno 1, n. 30, Diamantina, 02/04/1887, p. 1.
[19] **Sete de Setembro**. *Juízo insuspeito*, Ano 1, n. 30, Diamantina, 02/04/1887, p. 1.

que o, próprio grupo, foi seu adversário, como nas eleições na Província de São Paulo ou mesmo em Minas Gerais. Indicava, o impresso, o conflito de interesses interno ao partido liberal, na contramão, dava a entender que o mesmo não ocorria com o grupo conservador. Outro ponto grave no discurso do senador teria sido em ignorar o poder local e a individualidade e autonomia política das províncias, ainda que, nelas, houvesse grupos que compartilhassem da mesma ideologia, e imposto uma única ordem.

Estava ocorrendo, no campo das ideias, uma "confusão babélica! Organização do caos", pois os liberais, divididos e subdivididos em cada província, se entreolhariam com desconfianças, tendo em vista a pluralidade de visões sobre os negócios públicos de um mesmo interesse em comum, por exemplo, o fim da escravidão. Além disso, o que se colocava em jogo, era a soberania e autonomia das províncias.

Em 1887, o grupo conservador do interior da província de Minas Gerais, por meio do *Sete de Setembro*, escreveu ao partido conservador da Corte sobre a necessidade de se organizarem, pois, se encontravam "dispersos nesta província, sem um verdadeiro centro de unidade", e acreditavam que "a cada passo a palma [*era*] conquistada pelos adversários",[20] os liberais. Então, próximo das eleições de 1888, inscreveram-se as chapas para a cadeira de senador no Império: conservadores – Evaristo Ferreira da Veiga, Manoel José Soares e o Barão de Leopoldina; liberais – Joaquim Felício dos Santos, Carlos Affonso de Assis Figueiredo e José Cesário de Faria Alvim.[21]

Em abril de 1888, o jornal *Sete de Setembro* publicou, abertamente, seu posicionamento sobre o fim da escravidão:

> Tudo quanto tem sido publicado em diversos jornais abolicionistas desta província [*Minas Gerais*] sobre a extinção do elemento servil, só tem um fundamento, o de anarquizar o trabalho, quer o do campo, quer o da cidade, por em perigo eminente as famílias que legalmente possuem escravos, e finalmente perturbar a paz pública, para que criminosamente legislam os abolicionistas, apregoando em favor dos escravos regalias e garantias de que não gozam os cidadãos em geral.[22]

Nessa matéria, o jornal interpretava a desordem social como o resultado que abolição provocaria. Conforme Costa (2010), já era algo que a sociedade burguesa e elites acreditavam:

[20] **Sete de Setembro**. *Juízo insuspeito*, Ano 1, n. 30, Diamantina, 02/04/1887, p. 1.
[21] **Sete de Setembro**, Diamantina, *Juízo insuspeito*, Ano 1, n. 30, Diamantina, 02/04/1887, p. 3.
[22] **Sete de Setembro**, Diamantina, *Sete de Setembro*, Ano 2, n. 4, Diamantina, 12/04/1887, p. 2.

a periculosidade que, a liberdade, despertaria nos libertos. Para aquela mentalidade, os negros não saberiam viver livres e integrados na sociedade após tantos anos em cativeiro.

Nesse sentido, ainda em abril de 1888, o *Sete de Setembro* divulgou as prévias do "programa do governo" para o fim da escravidão. Segundo a nota, o governo imperial propunha utilizar dos meios legais para extinguir eficazmente, "porém prudentemente", o elemento servil. Até o mês de maio daquele ano, seria elaborado o projeto do gabinete sobre a abolição e, por fim, o governo contaria com o apoio dírgula imprensa "para levar a cabo o seu *desideratum*".[23]

Nada obstante, os conservadores diamantinenses não camuflaram suas ideias e o que preparava o governo imperial. No jornal, escreveram que "nem o governo imperial e muito menos as câmaras municipais tem[*tinham*] a competência para obrigar a qualquer possuidor a libertar seu escravo com ou sem condição", e chamava a atenção "contra a pregação anárquico da imprensa abolicionista"[24]. Essa "anarquia", a que se refere o *Sete de Setembro,* tenderia a falta da "ordem pública e da tranquilidade publica doméstica e do progresso do país" após os negros serem libertos.

O grupo conservador diamantinense, nesse jornal, até o último instante para o fim da escravatura, não deixava de recorrer às Leis de 1853 e 1857, referendadas pelo ministro da justiça José Thomaz Nabuco de Araújo. Usavam do conhecimento de tais leis para que continuassem a enviar os escravizados fugidos à casa de correção e prender os negros livres. As referidas leis, permitiam punir com "código de prisão os vagabundos, isto é, os que não têm domicilio, e os sujeitos à assinatura de termo de bem viver; os escravos fugidos estão compreendidos nessa mesma hipótese do código, mas, como não podem assinar o termo, a autoridade não tem outro meio a lançar mão senão entrega-los a seus donos"[25]. Além disso, o decreto se estendia aos negros livres encontrados e sem ofício na cidade. O discurso promovido pelo jornal era o de que "não podia o legislador criar a distinção entre o livre e o escravo, punindo aquele e impunindo este, ambos igualmente delinquentes", colocando o escravo e o negro liberto no mesmo nível. Esse posicionamento dos conservadores projetaria como a população negra no Brasil seria tratada, o que não mudou no tempo presente. Publicou o *Sete de Setembro* que a "maior parte os desordeiros que infestam esta cidade são escravos e libertos, e os escravos, em grande número, fugidos".[26]

[23] **Sete de Setembro**, *Sete de Setembro*, Ano 2, n. 4, Diamantina, 12/04/1887, p. 3-4.
[24] **Sete de Setembro**, *Sete de Setembro,* Ano 2, n. 4, Diamantina, 12/04/1887, p. 3-4.
[25] **Sete de Setembro**, *Sete de Setembro,* Ano 2, n. 4, Diamantina, 12/04/1887, p. 3.
[26] **Sete de Setembro**, *Sete de Setembro*, Ano 2, n. 4, Diamantina, 12/04/1887, p. 3.

Na repartição do *Sete de Setembro*, intitulada "Sessão Livre", era um misto de contradição das ideias sobre a escravidão. Publicava-se que todos os conservadores detestavam "o fato da escravidão" e que almejavam "por um desenlace favorável ao escravo". Doutro lado, não aceitavam "a felicidade de um [*escravo*] à custa da desgraça do outro [*do senhor ou das elites*]". Por fim, reconheceu o jornal que, infelizmente, "a abolição era questão vencida", ainda que reafirmasse a abolição como violência direta aos senhores, pois era fruto de uma "pressão".[27]

Os conservadores se posicionaram nessa imprensa com um último discurso, no qual destacava os grupos liberal e abolicionista da cidade. Iniciaram a publicação com "não alçamos [*os conservadores*] a bandeira negra, pois pertencemos a um partido, que em todos os tempos tem sabido advogar a causa da liberdade dos escravos". A fim de sustentar seu argumento, listaram seus "grandes", embora graduais, feitos para com os escravos:

> Euzébio de Queirós foi o primeiro ministro conservador, que em 185º deu caça ao pavilhão negro, que até então impunimente afrontava os mares do Brasil, quando estava no governo o partido liberal. O segundo foi o imortal Visconde, que referendou a áurea lei de 28 de setembro de 1871, que decreta no Brasil não nascem mais escravos. O terceiro será brevemente o prestigioso ministro 10 de março, a quem caberá a obra meritória de concluir a gloriosa tarefa do partido conservador, que na legislação do pais consignou de modo incontestável os seus sentimentos humanitários em prol dos cativos, já anulando a alienação da escrava sem filhos menores, já afastando da hasta publica o repugnante leilão de carne humana, já aumentando o fundo para a remissão dos cativos, já declarando livres os maiores de 60 anos, já finalmente, abolindo a infame e cruel pena de açoite, etc, etc!![28]

Dada a contradição de ideias, o fato é que, o partido conservador, pensava uma abolição gradual da escravidão, ao passo que, os liberais, se dividiam a esta e a emancipação total. Outro ponto de clareza é a defesa dos conservadores para que, ao libertar os escravizados, fosse dada a devida indenização aos seus senhores, pois, sem ela, se traduziria uma dupla violência contra seus direitos. A liberdade e o não ressarcimento eram tidos como ação "violenta" aos proprietários. Escreviam ainda, nesse sentido, que, o "correto procedimento da sereníssima Princesa Imperial, que, em Petrópolis, conseguiu libertar grande número de escravos, a saber: 93, sendo 82 por indenização aos respectivos senhores e, 11 por liberdade de seus senhores" seria "o bom caminho legal".[29]

[27] **Sete de Setembro**, *Falsos abolicionistas*, Ano 2, n. 4, Diamantina, 12/04/1887, p. 3.
[28] **Sete de Setembro**, Diamantina, *Nostra res agitur*, Ano 2, n. 5, Diamantina, 19/04/1888, p. 1.
[29] **Sete de Setembro**, Diamantina, *Nostra res agitur*, Ano 2, n. 5, Diamantina, 19/04/1888, p. 1.

"O Brasil livre! "

Em 26 de abril de 1888, voltou o grupo conservador "ao mesmo assunto, porque entendemos[*iam*] que nada pode mais interessar um país do que lembrar-se os meios de felicita-lo". Rente à abolição, o jornal se posicionou "sobre um negócio de tanta magnitude [*a escravidão*] não devem[*iam*] os verdadeiros patriotas guardar menor silencio por mais tempo".[30] As questões discutidas nos próximos números do jornal passavam a tratar do futuro da cidade, como do Norte da província de Minas Gerais.

Algo era importante. O grupo conservador pensava que "não se deve[*ia*] somente tratar-se da libertação de escravos, deve-se também voltar os olhos para o ponto oposto – a substituição dos braços escravos pelos livres".[31] A economia, naquele momento, era a grande preocupação, ocupando a agenda, deixando para um segundo plano o "progresso".

> Se de um lado vemos prestes a desaparecer essa mancha negra que conspurca uma das páginas da história pátria, de outro lado vemos a prática ameaçada de completa ruína. [...] Além disto os escravos, gozando as doçuras da tão suspirada liberdade, e, bem pouco ou nada se importando com o bem estar geral, refratários ao trabalho, acabarão por assaltarem a propriedade alheia, como infelizmente já vai acontecendo em diversos lugares, porque a ociosidade, a miséria, e a falta de educação são as primeiras conselheiras de quase todos os crimes, registrados nos livros da polícia, e são em última análise a causa as decadência dos estados.[32]

Se, o motivo de atraso do Império decorria da escravização no negro, a partir da abolição, o agente responsável pela desgraça da economia e pelo atraso do "desenvolvimento" também recaía sobre o negro que escolheu lutar por sua liberdade. Dessa forma, os "verdadeiros patriotas" foram convocados pelo *Sete de Setembro*, a fim de pensar saídas para resolver o problema da economia local, sobretudo, como substituir a força de mão de obra.

Assim, chegou-se a projetar a "colonização dos rios" na região. Escreviam que "a navegação do Rio das Velhas e São Francisco, esse sonho dourado de todos os administradores da província [...] o leito desses rios devia estar preparado para receber a primeira locomotiva". E, assim, "transportar em seus pequenos vapores, ajoujos, e canoas, os braços livres, futuros substituidores do trabalho escravo".[33]

[30] **Sete de Setembro**, *Res non verba*, Ano 2, n. 6, Diamantina, 26/04/1888, p. 1.
[31] **Sete de Setembro**, *Res non verba*, Ano 2, n. 6, Diamantina, 26/04/1888, p. 1.
[32] **Sete de Setembro**, *Res non verba*, Ano 2, n. 6, Diamantina, 26/04/1888, p. 1.
[33] **Sete de Setembro**, *Reflitamos*, Ano 2, n. 7, Diamantina, 03/05/1888, p. 2.

Nas edições futuras, especificamente em 25 de maio, mesclavam-se os títulos e matérias cujos textos enalteciam o fim da escravidão, como também a questionava. Na primeira página, o jornal expressou suas últimas impressões sobre o que de fato resultou na abolição da escravidão, que se deve, para essa imprensa, às ações dos conservadores desde a primeira metade do século XIX. Nas últimas páginas, na "Seção Livre", pequenos poemas festejavam o fim do trabalho escravo.

> Ao faustoso dia 14 de maio de 1888
> *Da libertação dos cativos*
>
> Trezentos oitenta e oito anos a adustos
> Tinham passado em males lutuosos;
> Tempos, para o Brasil, calamitosos,
> De escravidão, de injustiça e de sustos.
> Eis o Dez de Março com braços robustos
> Lança por terra os ferros vergonhosos;
> Por fim ao escravo, os dias lamentosos,
> E brilha num Império dos Augustos!
> Ergue-se o Brasil, arrancando a venda,
> E fitando ufanoso, em novo norte,
> Trilho da Liberdade a nobre senda?
> Assim, brindada o Brasil a sorte,
> Grava nos seus pendões, como legenda;
> Triunfo a Pátria, da Independência ou Morte![34]

Nos meses seguintes, o *Sete de Setembro* passou a não tratar mais do assunto "escravidão" ou "abolição". Longas matérias, que ocupavam as primeiras páginas, passaram a ser sobre a educação no Brasil e na província mineira. Os demais espaços do jornal, como "Anúncios", "Variedades" e "Seção Livre", permaneceram, mas com novas discussões políticas.

Assim, o fim da escravidão potencializou, em Diamantina, a necessidade de estruturar e articular projetos políticos e econômicos que dessem conta da nova realidade que a região se encontrava. Conforme Martins (2012, p. 32), "a solução do problema do transporte seria condição necessária para alavancar o 'movimento mercantil'". Contudo, a questão pode se mostrar ainda maior e o embate mais espinhoso, pois a falta de articulação de projetos no interior, como a própria falta de uma rede de transportes, beneficiava os grandes centros urbanos e o efeito era negativo para as áreas que, por consequência, se tornavam menos competitivas no mercado.

[34] **Sete de Setembro**, *Seção Livre*, Ano 2, n. 10, Diamantina, 25/05/1888, p. 4.

Considerações finais

A produção de discursos na imprensa do século XIX em Diamantina tem mostrado forte relação com o poder no discurso propagado. A partir dos procedimentos estabelecidos por Michel Foucault (1996) na ordem do discurso, encontramos alguns pontos abordados pelo autor presentes em estrutura da imprensa, ou seja, nos aparatos por de trás dos jornais e, em conteúdo, na produção do discurso.

O discurso envolve, nessa perspectiva, o controle, a seleção, a organização e a redistribuição da informação. Em outros termos, trata-se de quem pode ou profere o discurso, o que será dito, como será exposto e os meios formais ou informais pelos quais o discurso passará a frente, relevante dizer, de forma coercitiva (FOUCAULT, 1996). Se o discurso já é tido como veículo de poder e, por isso, objeto de desejo, esse duplica, junto à imprensa, sua importância e, por conseguinte, concorrência.

Os embates entre discursos na imprensa diamantinense ocorriam de forma direta e indireta, a partir da identificação de suas ideologias políticas que atravessam o debate sobre a escravidão e abolição nas últimas décadas do século XIX. Tratava-se, em grosso modo, de cada jornal querer ter seu discurso estabelecido por meio de fatores institucionais, que ora negava ou afirmava a escravidão no império, sendo que isso alimentava a vontade de verdade em cada matéria de jornal.

Nesta pesquisa foram expostas algumas ideias manifestadas em discursos na imprensa diamantinense, no período de 1860 a 1888, sobre a escravidão. Nos jornais investigados, conclui-se que, a discussão sobre a temática esteve presente desde a década de 1860, cujas matérias d'*O Jequitinhonha* retomavam discursos que haviam circulado na Corte, na década de 1830, sobre industrialização e progresso, mas, numa perspectiva local e regional, pelos liberais e liberais republicanos a frente do jornal.

Os embates na imprensa se intensificaram na década de 1880, quando a instituição escravista esteve vencida decorrente das leis de emancipação, como o Tratado de 1831, a abolição final do tráfico de escravos em 1850, a Lei do Ventre Livre em 1871 e a Lei dos Sexagenários em 1885. Destaca-se que todas essas promulgações estiveram, em algum grau, presentes nos jornais do país, assim como da cidade. Em Diamantina, entre 1885 e 1888, políticos conservadores no *Sete de Setembro* estavam descontentes pela liberdade dos negros e

defendiam a industrialização como resposta a grande parte dos problemas econômicos e sociais do Norte de Minas, do qual a cidade faz parte. Resistiam pouco, mas sem resultados, para que a escravidão tivesse continuidade, a fim de assegurar os direitos pessoais e a segurança das elites.

Em resultado, não há como apontar um legítimo abolicionismo nos discursos publicados pelo *O Jequitinhonha*, assim como no *Sete de Setembro*, tendo em vista que, os períodos de circulação de cada um desses jornais, foram marcados por eventos políticos que direcionavam a opinião pública sobre a escravidão a partir de interesses do grupo político. Os políticos envolvidos na imprensa diamantinense mostravam estar interessados em eleições locais e na política provincial, como Joaquim Felício dos Santos, que conseguiu efetivamente se eleger na década de 1860, fechando sua tipografia durante os anos de mandato. Por fim, na década de 1880, "civilidade" mostrava-se uma necessidade para a manutenção da ordem e do progresso, do desenvolvimento econômico, atrelada à abolição.

Em vista do exposto, verifica-se que o presente estudo, conseguiu abarcar elementos discursivos na imprensa local a respeito da escravidão nos anos de 1860 a 1888. Intentou-se a matérias dos jornais que revelaram traços importantes do problema, que foi a escravidão para o Império. Contudo, esse texto não esgota a possibilidade e viabilidade de outras formas de análises. Assim, ressaltamos que, os resultados, aqui apresentados, sejam aprimorados e, em outras perspectivas de análise, revisitados.

FONTES

O Jequitinhonha, Diamantina, 03/01/1869.
O Jequitinhonha, Diamantina, 08/11/1868.
O Jequitinhonha, Diamantina, 20/01/1861.
O Jequitinhonha, Diamantina, 30/11/1861.
O Jequitinhonha, Diamantina, 07/12/1861.
O Jequitinhonha, Diamantina, 19/12/1861.
O Jequitinhonha, Diamantina, 13/06/1869.
O Jequitinhonha, Diamantina, 08/081869.
O Jequitinhonha, Diamantina, 05/12/1869.
O Jequitinhonha, Diamantina, 06/04/1873.

Sete de Setembro, Diamantina, 24/09/1887.

Sete de Setembro, Diamantina, 02/04/1887.

Sete de Setembro, Diamantina, 12/04/1887.

Sete de Setembro, Diamantina, 19/04/1888.

Sete de Setembro, Diamantina, 26/04/1888.

Sete de Setembro, Diamantina, 03/05/1888.

Sete de Setembro, Diamantina, 25/05/1888.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marta, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs**). Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

LOPES, Marcos Antônio, MARTINS, Marcos Lobato. Negócio à moda antiga: tropas de comércio em Diamantina nos meados do século XX. *In*: **História** (São Paulo) v. 30, n.1, p. 332-348, 2011.

CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de vila em Minas Gerais no início do regime monárquico. A região Norte. *In*: **Varia História**, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p. 817-825, 2013.

MARTINS, Marcos Lobato. A mineração de diamantes e a administração dos terrenos diamantinos: Minas Gerais, décadas de 1830-1870. *In*: **Revista de História**, São Paulo, n. 167, p. 129-163, 2012.

MARTINS, Marcos Lobato. Os futuros do passado: projetos oitocentistas para o desenvolvimento do "norte de minas". *In*: **História Econômica & História de Empresas**, n. 15, p. 5-38, 2012.

MARTINS, Marcos. **Breviário de Diamantina**: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX). Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.
FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola. 1996.

FURTADO, Júnia Ferreira. Quem nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no Arraial do Tejuco. *In*: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira. (Orgs). **Trabalho livre, trabalho escravo***:* Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX.** 2 ed. São Paulo: Editora Nacional; Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

FERREIRA, Raína de Castro. **Utopia e prognóstico na história do Brasil imaginada por Joaquim Felício dos Santos (1860-1873).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto. 2017.

GOODWIN JÚNIOR. James. **Cidades de papel** – Imprensa, progresso e tradição – Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

NOVAES, Eder. **Joaquim Felício dos Santos**: Republicanismo e Cultura Historiográfica (1860-1871). 2014. 197 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

COSTA, Emília. **A abolição**. 9 ed. São Paulo: UNESP, 2010.

COSTA, Emília. **Da Senzala à Colônia**. 5 ed. São Paulo: UNESP, 2010.

SODRÉ, Nelson. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SILVA, Juremir. **Raízes do conservadorismo brasileiro**: a abolição na imprensa e no imaginário social. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.